O IMPOSTO ÚNICO FEDERAL: VIABILIDADE JURÍDICA E IMPACTOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Autor(res)

Thiago Ribeiro De Carvalho
Gustavo Nunes Andrade
Felipe De Almeida Campos
Marcos Paulo Andrade Bianchini

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O sistema tributário brasileiro é amplamente reconhecido por sua complexidade, elevada carga fiscal e distribuição desigual do ônus tributário. Nesse cenário, a proposta do Imposto Único Federal surge como uma alternativa de simplificação e eficiência, ao prever a substituição de diversos tributos por uma única cobrança sobre movimentações financeiras. Embora essa ideia tenha ganhado notoriedade especialmente por meio dos estudos do economista Marcos Cintra, ela ainda encontra forte resistência jurídica, econômica e política. A proposta impacta diretamente os princípios constitucionais do Direito Tributário, como a legalidade, a capacidade contributiva e o pacto federativo. Diante disso, este estudo busca analisar a viabilidade jurídica dessa proposta e discutir seus possíveis reflexos no ordenamento constitucional e na sociedade.

Objetivo

O presente estudo tem como objetivo analisar, à luz da literatura jurídica e econômica, a viabilidade da implementação do Imposto Único Federal no Brasil e seus impactos constitucionais, sociais e fiscais.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A análise será fundamentada em livros, artigos científicos, dissertações e teses publicados nos últimos anos, com foco em publicações em português e inglês. As palavras-chave utilizadas nas buscas serão: “Imposto Único Federal”, “Reforma Tributária”, “Sistema Tributário Brasileiro”, “Marcos Cintra” e “Princípios constitucionais tributários”. O trabalho examina ainda os aspectos constitucionais da proposta à luz dos princípios do Direito Tributário.

Resultados e Discussão

A análise dos materiais revela que a proposta do Imposto Único apresenta vantagens como simplificação da arrecadação, redução da sonegação fiscal e eliminação de encargos sobre a produção. No entanto, os desafios jurídicos são significativos, sobretudo em relação à compatibilidade com o pacto federativo, a possibilidade de

regressividade do tributo e a centralização da arrecadação. Há, ainda, intensa controvérsia sobre a viabilidade técnica de tributar exclusivamente as movimentações financeiras sem comprometer setores específicos da economia. A proposta, embora inovadora, exige profunda reforma constitucional e análise de impacto em diferentes esferas do poder público. O debate demonstra que, embora atrativa sob a ótica da eficiência, a implementação do Imposto Único carece de consenso jurídico e político.

Conclusão

Conclui-se que, apesar de apresentar propostas de simplificação, o modelo do Imposto Único Federal enfrenta sérios obstáculos jurídicos e políticos. Sua adoção requer análise cuidadosa e amplo debate, especialmente quanto à sua compatibilidade com os princípios constitucionais vigentes e os impactos sobre a autonomia federativa.

Referências

CINTRA, Marcos. Imposto Único: a proposta de reforma tributária que pode transformar o Brasil. São Paulo: LCTE, 2004.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
SCHEER, Pedro. "Reforma Tributária e os Desafios do Federalismo Brasileiro". Revista de Direito Público, v. 54, 2022.